

**CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA
DOS DOCENTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE GOIÂNIA/GO**
**CONCEPTS OF INCLUSION AND THE CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF CONTINUING
EDUCATION FOR TEACHERS AT A STATE SCHOOL IN GOIÂNIA/GO**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-133

Luciana Gonçalves de Carvalho ¹

RESUMO

Este estudo analisou os desafios e possibilidades na formação continuada dos docentes na atuação no contexto da educação inclusiva, na escola Estadual CEPI FRANCISCO MARIA DANTAS tendo como parte da pesquisa análise e reflexão dos sujeitos dessa pesquisa, as professoras, coordenadora e diretora. O objetivo identificou as metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas em sala de aula diante do ensino inclusivo. O estudo foi desenvolvido com base nas teorias Alonso (2013), Rau (2007), Antunes (2013); Mantoan (2003, 2006); Marchesi (2004), entre outros. Utilizamos os conceitos de Mantoan (2003, 2006); Marchesi (2004) para pontuar sobre os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula diante dessas especificidades. Foi realizado a pesquisa de campo utilizando entrevista aos professores, coordenador e diretor mediante ao contexto inclusivo. Através dessa pesquisa realizada com esses sujeitos pode-se constatar a necessidade de formação continuada da equipe escolar, com o intuito de contribuir significativamente com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com diversidades e além de fornece novas reflexões sobre as "práxis" de ensino aos docentes. No contexto do ensino inclusivo, a formação do professor é essencial para que o ensino aprendizagem tenha êxito para transmitir um ensinamento e/ou conhecimento de qualidade, há necessidade de inovar e qualificar mediante a novas práticas pedagógicas, com metodologias que atendam às necessidades dos alunos para ter um resultado significativo.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação Continuada. Desafios.

ABSTRACT

This study analyzed the challenges and possibilities in the continuing education of teachers in the context of Inclusive Education, at the State School escola Estadual CEPI FRANCISCO MARIA DANTAS, using analysis and reflection of its teachers, coordinator and principal as part of the research. The objective identified the teaching-learning methodologies used in the classroom which applied the inclusive education. The study was developed based on theories by Alonso (2013), Rau (2007), Antunes (2013); Mantoan (2003, 2006); Marchesi (2004), among others. Concepts of Mantoan (2003, 2006); Marchesi (2004) to punctuate about the challenges faced by teachers in the classroom before these specificities were considered. Field research was conducted by interviews with teachers, coordinator, and the principal through the inclusive context. From this research conducted with these professionals, there is the need for continuing training of the school team to contribute significantly with the teaching-learning process of students with diversities and, in addition, to provide new reflections on the teaching "praxis" for teachers. In the context of inclusive education, the training of the teacher is essential for the teaching-learning process to succeed, conveying a knowledge of quality; there is also a need to innovate and qualify through new pedagogical practices, with methodologies that match the needs of the students to have a significant result.

Keywords: Inclusive education. Continuous training. Challenges.

¹ Licenciatura em Letras. Mestra em Ciências da Educação pela Absolute Christian University, Florida/USA.

INTRODUÇÃO

A formação continuada abre possibilidades de contribuição aos docentes nos desafios encontrados numa perspectiva inclusiva. Visto que nos últimos tempos, no final do século XX a educação inclusiva tem sido destaque principalmente perante o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas e metodologias que possam colaborar como aprimoramento do ensino e aprendizagem dos alunos especiais.

O papel da escola inclusiva de acordo com Skliar (2006),⁶ a função do pedagógico está relacionado com as diferenças de raça, etnia, corpo, linguagem, idade, classe social, gênero, sexualidade e/ou preferência sexual, comunidade, entre outras muitas marcas identitárias e em todos os níveis da comunidade educacional precisa observar todas as pessoas.

No entanto, as discussões do tema inclusão, vem sendo debatido nas escolas e aquietada as convicções sobre educação especial, que os professores do ensino regular e as demais etapas dos níveis do sistema educacional. Em algumas circunstâncias a despreparação dos docentes e o que sempre ouvimos e a falta de preparo dos professores para acolher o aluno e ensiná-lo em classes regulares e a falta das formações continuadas.

Na Cartilha de Educação Inclusiva, fornecida pelo MEC (2004, p.26) afirma o suporte para o professor, que o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ter suporte e ser ministrado a preparado pela Coordenação Pedagógica da escola a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor.

Contudo, a Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade. Para o professor do ensino regular é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, que deverá contribuir com seus

conhecimentos sobre recursos e métodos para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2004, p.26).

Apesar de tantos debates sobre o tema na atualidade, esse mesmo discurso repercute nos ambientes escolares. Ser um professor inclusivo vai muito além de cursos e certificados.

Baraúna e Santos (2010) comenta, que umas das causas dos professores, que não desenvolvem um trabalho de inclusão é porque não possui, formação inicial adequada, capaz de proporcionar um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho e deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante alteração. (BARAÚNA, SANTOS, 2010, p.274 – 275).

Contudo, necessita uma mudança na forma de ver e de ensinar o aluno com a suas especificidades, nas práticas pedagógicas que excluem e no engajamento em formações continuadas. Para que ocorra a inclusão e a aprendizagem aconteça, é importante o envolvimento do docente.

O autor Skliar (2003) explana, que as mudanças passam por uma reprodução infinita de leis, textos, currículos e didáticas, mas nenhuma palavra sobre as representações como olhares ao redor do outro ou a palavra sobre a necessidade de uma metamorfose nas nossas identidades, sobre a vibração com o outro (SKLIAR, 2003, p.38).

Baseando-se na experiência em atuações em monitoria e na docência de alunos especiais, pode-se constatar a necessidade de um acompanhamento e de qualificação que possa contribuir como processo de ensino-aprendizagem. Conforme as entrevista aos educadores diante da preocupação em relação à qualidade ofertada no espaço escolar, podem gerar meios capazes de fazer com que o aluno esteja devidamente incluído e possa aprender as habilidades, competências básicas e necessárias para o seu desenvolvimento cultural e social.

O intuito é de que o trabalho proporcione ao aluno uma aprendizagem significativa, influenciando o processo de ensino aprendizagem, posteriores descobertas ou discussões em torno do assunto, tornando-se um meio capaz de provocar o interesse dos participantes.

A ideia de pesquisar sobre os desafios e perspectiva da inclusão, mais especificamente, formação continuada de professores na perspectiva inclusiva, surgiu através de observações realizadas no período em que estávamos estagiando e lecionando nas escolas de Educação Básica. Verificamos haver uma carência muito grande de formações para ensinar alunos com certas especificidades.

As hipóteses deste trabalho são: que desafios estão sendo superados através da formação que, no entanto, ainda são insuficientes; os professores estão procurando se capacitar para melhor atender aos alunos especiais; A falta de recursos pedagógicos específicos conforme as diferentes diversidades são um fator que prejudica o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

Contudo, os objetivos desta pesquisa foram compreender como é os desafios enfrentados pelos docentes diante da atuação pedagógica com alunos especiais e, após, analisaremos os dados encontrados pelos sujeitos da pesquisa.

Desta forma, essa pesquisa tem como ponto de partida da análise do contexto escolar e das informações adquiridas pelos professores. O local de realização desta pesquisa foi numa Escola Estadual escola Estadual CEPI FRANCISCO MARIA DANTAS em Goiânia, os sujeitos dessa pesquisa foram 3 professoras que atuam no ensino fundamental I (3º ano aos 5º ano), uma coordenadora e uma diretora. Tendo com suporte metodológico, pesquisa de cunho qualitativa que foi conduzida através de autores discutem sobre essa temática. O estudo metodológico foi desenvolvido com base nas teorias :Alonso (2013), Rau (2007), Antunes (2013), Mantoan (2003, 2006), Marchesi (2004) entre outros.

A pesquisa encontra-se dividido em seis capítulos, sendo que no primeiro capítulo aborda o contexto histórico com o título “Formações de professores no contexto da educação especial” nesse capítulo descreve a trajetória da educação inclusiva da antiguidade até atualidade.

No segundo capítulo retrataremos o referencial teórico com intuito de responder os objetivos propostos nessa pesquisa sobre os desafios e a possibilidades da educação inclusiva como proposta de obtenção de dados para auxiliar na análise e interpretação dos objetos de pesquisa.

No terceiro capítulo será retratado sobre os aspectos políticos nacionais e internacional relacionado à Educação Inclusiva. O quarto capítulo, designado pesquisa de mestrado e doutorado sobre os desafios e possibilidades da Educação Inclusiva no ensino fundamental I e objetivos baseados em trabalhos acadêmicos relacionados ao tema estudado especificando sua abordagem qualitativa e a pesquisa, seus sujeitos e a forma como foi conduzido à coleta de dados e como se procederam às análises.

O quinto capítulo foi explicitado sobre os aspectos políticos nacionais e internacional relacionado aos desafios e possibilidades na formação continuada dos docentes que atua no ensino fundamental I diante da educação inclusiva. No sexto capítulo, apresenta os resultados dos dados da pesquisa de campo referente aos autores que discutem sobre a temática. E por fim na conclusão, faz-se uma ressalva aos objetivos alcançados, e mencionados aos resultados obtidos e proporcionando novas linhas pesquisa a serem estudadas e ser aprofundadas nesse contexto inclusivo.

ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O movimento de adesão de pessoas com deficiência no âmbito escolar é algo atual, pois antes havia a existência discriminatórias dessas diversidades devido suas delimitações. A escola era um lugar em que

devia haver essa inclusão, mas que antigamente era um local que buscava a inserção apenas de grupo seletivo de alunos ocorrendo então uma disparidade de direitos, pois aqueles que não adequasse a esse padrão era excluído.

Mas no cenário atual têm ocorrido algumas alterações diante ao acesso onde reformas garantem o direito de todos os educandos participarem de forma íntegra de todo processo de ensino oferecido pela escola, evitando assim a exclusão e as ausências constantes nas aulas. Esses direitos adquiridos têm proporcionado melhoria do desenvolvimento intelectual sendo importante para uma inclusão real. Hoje a educação é direito de todos, sem nenhuma ressalva de nenhuma diversidade, e para haver de fato a inclusão é fundamental o acesso de todos os educandos ao ensino regular com ensino que proporcione as habilidades e competência necessária para o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Mitller (2003), o ápice histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca, realizado pela UNESCO numa Conferência Mundial que tratou das Necessidades Educativas Especiais: teve então discussões diante do Acesso e Qualidade que vem sendo proporcionado na educação inclusão, onde foi assinado por 92 países.

A Declaração De Salamanca (1994) esses documentos assinados pelos países têm com intuito:

Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 33)

Esse documento trouxe benefícios a educação inclusiva, pois trouxe garantia não apenas ao acesso, mas a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e

respeitando sua individualidade atendendo as necessidades de aprendizagem de cada educando no processo educativo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e Resolução n.º 261/02 CEE/MT assegura que a educação especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com quaisquer especificidades, nas etapas e modalidades da Educação Básica”. No artigo 7.º da Resolução n.º 261/02 CEE/MT diz que:

A oferta da educação especial deverá ter início na educação infantil, em creches e na pré-escola, permitindo a identificação das necessidades educacionais especiais e a estimulação do desenvolvimento integral do aluno, bem como a intervenção para atenuar possibilidades de atraso de desenvolvimento, decorrentes ou não de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Conforme a resolução evidencia todos os direitos ofertados para a educação especial em diferentes esferas de ensino com os objetivos e intervenções necessárias para o desenvolvimento integral do aluno no espaço escolar.

A Lei n.º 4.024 de 1961 — Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) que garante o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas.

No contexto histórico na década de 70, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei n.º 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com necessidades especiais, reforçando, assim, a segregação desses alunos em salas especiais. Nesse período, cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais.

FORMAÇÕES DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na atualidade defronta-se com a importância em qualificação teórica e prática dos profissionais da educação essa necessidade de formação está vinculado no desenvolvimento de sua “práxis”. Portanto, isso requer do professor esteja aberto a novas informações pedagógicas, visto através de qualificações é um agente fundamental para que favoreça o desenvolvimento do processo inclusivo.

No entanto, vale ressaltar a importância de valorização desse profissional para ele sentir apoiado e acolhido na busca de novos conhecimentos, pois sozinho ele não conseguirá desenvolver uma escola fundamentada na concepção inclusiva. A preparação dos profissionais para as práticas educativas já vem sendo bastante discutido pelas esferas responsáveis pela educação, no entanto, com a mudança ocorrida no espaço escolar e de devido à obrigatoriedade do processo de inclusão em todas as instituições de ensino.

É essencial que no ambiente escolar desenvolva formações continuadas que contribua com o processo de ensino escolar podendo ser compartilhada entre os membros escolares, metodologia inclusiva que possa instruir os demais profissionais numa troca compartilhada de metodologias que significativamente propiciara um ensino de qualidade. É impossível ter mudanças no ensino sem ter formação do professor são situações conectadas.

Alguns tempos atrás se acreditavam que quando acadêmico terminava a graduação o profissional estaria capacitado para suas funções profissionais, mas com as mudanças e principalmente no meio escolar diante dessa atuação não segue essa linha de pensamento, pois os mesmos tem exigido qualificação permanente para manter atualizado as novas situações do cotidiano.

Segundo Novas (2002, p.23) diz que, “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois

pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional e permanente”. Conforme esse pesquisador a formação continuada acontece coletivamente e de trocas de experiência e reflexão como análise do processo de ensino.

Mantoan (2013, p. 18) assegura que “a educação é um direito humano, fundamental portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos”. Em relação a essa linha de pensamento percebe-se a importância da educação onde ela deve abranger todos os alunos inseridos no ensino regular independente de suas especificidades não podendo haver a exclusão de nem educando.

Nessa perspectiva, a Educação Inclusiva garante os direitos do aluno de acesso e permanência sem ter discriminação. Sendo fundamental que os professores sejam capacitados na área para poder desenvolver sua prática voltada às especificidades do aluno, isso contribuíra significativamente com o seu planejamento pedagógico, adequando essas situações com as suas práticas educativas conforme a realidade de cada turma.

Essa preparação é de grande importância, para que se propicie um ambiente escolar com equidade, além de estar preparando-as para inserção na vida social os estudantes. Conforme Medeiros (2009), a formação de professores é um processo que envolve tanto conhecimento teórico como conhecimento prático:

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação. Medeiros. (MEDEIROS, 2009, p. 29)

Apesar de ser um contexto bastante falado a formação de professores na perspectiva inclusiva ainda é

uma formação que infelizmente ainda não abrangeu a todos profissionais da educação.

Considerando a realidade do contexto em que os professores estão inseridos, quando não recebem a devida capacitação, possuindo condições não favoráveis ao desenvolvimento de práticas inclusivas e de atividades específicas na escola, contudo a falta de acessibilidade desfavorece a possibilidade de desenvolvimentos de projetos ficando o mesmo apenas nos documentos, ou seja, na teoria.

O processo de inclusão Conforme Medeiros (2009), diz que:

É uma construção sócia educacional que oportuniza o exercício da cidadania. Para ela ocorrer, não basta simplesmente inserir o sujeito; é importante que cada um seja acolhido com suas necessidades individuais e estas serem respeitadas, criando a igualdade de oportunidades a todos, independentemente de sua condição física, mental ou social. (MEDEIROS 2009, p. 24)

Vale ressaltar de acordo com Medeiros (2009) para se ter um processo inclusivo tem que inserir o sujeito e acolher conforme as suas necessidades individuais sendo respeitadas as especificidades de cada aluno além de propiciar um ensino de qualidade conforme as habilidades e competências de cada indivíduo.

É diante do contexto inclusivo nota-se a relevância da formação continuada Complementando Libâneo (2004) enfatiza que:

A Formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades. Compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas". (LIBÂNEO, 2004, p.227)

É fundamental repensar na atuação docente, buscar meios além do exercício de sala de aula, para ressignificar o ensino seja através de formações ou de novas metodologias pedagógicas voltadas às necessidades dos sujeitos.

No próximo capítulo será trabalhado o referencial teórico dessa pesquisa, em vista das concepções sobre a Educação Inclusiva e seus princípios.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica dessa pesquisa apoia-se a respeito dos desafios da educação inclusiva como ocorre o processo de formação continuada dos docentes nessa perspectiva, com intuito de facilitar do processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Nessa pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico dos autores como Alonso (2013), Rau (2007), Antunes (2013), Mantoan (2003, 2006), Marchesi (2004), Libâneo (2004) entre outros, que discorrem sobre os desafios e possibilidade da educação inclusivas sendo contribuições que possibilitem melhorias, na prática, docente mediante esse contexto educacional.

CONCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS PRINCÍPIOS

A educação inclusiva é considera uma concepção de ensino contemporâneo que visto como intenção de proporcionar um ensino que contemple o direito a educação com equidade. Onde busca a igualdade, valorização das diversidades humanas de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Na visão de Alonso (2013):

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes,

gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais. (ALONSO, 2013. p.1)

formação permanentes, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação (MARCHESI, 2004, p.44)

É fundamental dedicar para ocorrer de fato uma inclusão tanto social e escolar de pessoas com necessidades especiais. No Brasil até o início do século XXI, o sistema educacional havia dois serviços centrados numa escola regular e na escola especial onde o aluno deveria optar a qual frequentar.

No decorrer dos últimos tempos a educação modificou-se diante a proposta inclusiva e onde um único escola foi adotado sendo o sistema educacional regular, cujo objetivo é acolher os alunos independentemente de suas especificidades.

A educação inclusiva compreende que embora o aluno não tenha nenhuma necessidade especial pode com o passar do tempo adquirir em algum tempo de sua vida escolar. Vale ressaltar que Alonso (2013) que a Educação Inclusiva compreende a Educação Especial na escola regular além de disponibilizar o acesso a todos a uma educação significativa. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas e sim como diversidade do sujeito.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DIANTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diante desse novo cenário que se encontra, as escolas têm procurado adequar-se a um ambiente inclusivo. Nesse sentido vale ressaltar quais são os desafios enfrentados pelos docentes e o que tem afetado na não contribuição de um ambiente propício e inclusivo.

Segundo Marchesi (2004) explicita seus pressupostos que:

Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da

A conscientização da equipe escolar com a família é um fator essencial para contribuir significativamente com o processo inclusivo no âmbito escolar.

Segundo Marchesi (2004) o gestor tem um papel fundamental perante esse processo para acontecer uma interação entre a equipe escolar nessa perspectiva inclusiva. A equipe pedagógica deve propiciar esse elo manter todos em prol de melhorias do ensino e que possibilite a inclusão dessas diversidades em busca de materiais e estratégias pedagógicas para ressignificar a aprendizagem.

Já em relação às possibilidades de ensino inclusivo seria o investimento nas universidades públicas, e a reformulação na grade curricular dos cursos de licenciatura, com o desígnio de preparar profissionais que estejam preparados para lecionar diante das diversidades, pois ter um pouco mais de conhecimento sobre os necessidades especiais dos alunos possa contribuir significativamente com o processo de ensino, além desenvolver as premissas para que o aluno seja a autônomo, solidário e competente o que espera para o ensino no século XXI.

Segundo Marchesi (2004) alega que a adaptação do currículo é uma estratégia pedagógica necessária para que aconteça a inclusão, visto que nem todos os alunos são iguais um aos outros, partindo desse pressuposto o autor diz que:

Os alunos diferem em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção às diferenças individuais educativas faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito á individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige

que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades (MARCHESI, 2004, p.38)

São fundamentais as formações continuadas que acrescente com a prática docente permitindo a troca de aprendizagem entre docentes em prol de uma adaptação que favoreça de fato a inclusão desses sujeitos no ambiente escolar.

Os inúmeros fatores necessários para acontecer de fato a inclusão na íntegra desses alunos com necessidades especiais, para tal é essencial repensar na prática docente, refletir perante o desempenho, reformulação de metodologias inclusivas voltadas a especificidades de cada aluno. É uma tarefa que exige dos profissionais, adequações que colabore significativamente com projeto de vida dos alunos sendo que ressignifique para a vida pessoal e profissional, pois essa mudança contribui com desenvolvimento do aluno.

O professor com equipe escolar tem um papel essencial no desenvolvimento educacional dos alunos bem com a inclusão de fato desses sujeitos.

Conforme Santos (2020) é uma atual situação que se depara nas instituições públicas de ensino sempre enfrentaram muitos problemas, dentre os quais podemos citar como exemplo a falta de recursos para a construção de um ensino de qualidade, as condições inadequadas das instalações físicas, a pouca ou nenhuma valorização profissional. Infelizmente tudo isso é algo que já se tornou normal, mas diante disso tem se pensar que é a educação inclusiva torna-se estritamente necessária, pois nem todos os alunos são iguais aos demais e sendo assim, necessitam de recursos adequados às suas diferenciações dos demais e assim buscar integrá-los, formando uma rede inclusiva sem discriminar ninguém. Os desafios são inúmeros, assim como a opção de uma educação de qualidade, sem exclusão de nenhum componente escolar.

Não é uma tarefa fácil a interação, exige que o ambiente seja propício e possibilite a participação dos

alunos com especificidades para se sentirem igual ao realizar com êxito atividade em sala de aula.

Segundo Garofalo (2018), nos diz que a temática educação inclusiva deve ser ensinada na escola, consiste em estratégias para cooperar e incentivar a mudança e promover uma transformação na educação. Por conseguinte, esse processo disponibiliza algumas estratégias motivacionais, como acolhimento, assim a autora destaca ser importante a diversificação no currículo escolar, além de envolver a comunidade escolar e a família nesse contexto.

Assim, Garafalo (2018) comprova a flexibilização do currículo, e destaca essa ação:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagógica humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo. (GARAFALO, p. 3, 2018)

Segundo Lopes (2008, p.10) é essencial que no contexto educacional aconteça de fato essa flexibilização ou adaptação é uma estratégia que possibilite a inclusão dos alunos com necessidades educativas conforme à medida que a escola necessite de realizar ajustamento no currículo escolar deve realizar para poder atender as especificidades dos alunos.

O ensino necessita adequar as necessidades do aluno diante disso, para Beyer (2006) expõe que:

A inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais é um desafio porque confronta o (pretens) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta os professores em geral. (BEYER, 2006, p.81)

O sistema escolar consta com uma heterogeneidade de alunos num sistema homogêneo, mas necessita de uma flexibilização. No projeto escola viva com o documento de Adaptações Curriculares de Grande Porte Adaptações Significativas constata algumas afirmações sendo que:

Sabe-se que cada aluno tem: sua própria história de vida; sua própria história de aprendizagem anterior (conjunto de saberes já construídos e aprendidos); características pessoais em seu modo de aprender. Há os que aprendem melhor por meio da via visual (leitura, filmes, observação etc.), há os que necessitam maior utilização do concreto, bem como os que já operam bem no nível abstrato (V.5, p.8)

Conforme Lopes (2008) Tendo em consideração esse aspecto, o docente tem o papel fundamental de conhecer as especificidades de cada aluno para poder atendê-los embasados em suas peculiaridades.

Para Lopes (2008), professor deve realizar ações para favorecer a aprendizagem de todos os alunos presentes em salas de aula sendo:

Ações devem ser planejadas e construídas tendo como referência, primeiramente, os conteúdos curriculares oficiais para a série/ciclo em que se está trabalhando, considerando os objetivos fundamentais e os conteúdos mínimos essenciais, aos quais os alunos devem ter acesso para

alcançarem sucesso e promoção para a série superior. (LOPES, 2008, p.15)

Carvalho (s.d., p.3), ressalta que professores devem adequar intervenções pedagógicas que atenda a necessidade individual de cada aluno. Apesar de ser uma tarefa árdua e essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de cada sujeito.

Oliveira e Leite (2000), acentua a importância que a escola tem de preparar para atendimento de alunos com especificidade o autor destaca que:

Deve-se considerar, inclusive, a dificuldade que as escolas têm para administrar a conquista da flexibilização e da sua autonomia, pois está também em suas mãos a responsabilidade de efetivar mudanças que impeçam o processo de exclusão e permitam construir, verdadeiramente, uma escola inclusiva que dê respostas educativas à diversidade, sejam elas sociais, biológicas, culturais, econômicas ou simplesmente, educacionais. (OLIVEIRA; LEITE, 2000, p.14).

A escola tem autonomia para realizar flexibilização do currículo de modo a atender às necessidades de cada aluno com especificidade, apesar de ser um desafio desenvolver essas ações dentro de um processo inclusivo.

OS DIREITOS DOS ESTUDANTES A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO ESCOLAR

A inclusão escolar ordenada pela nossa pátria brasileira, tem o objetivo de propiciar aos estudantes com deficiência o acesso e a estabilidade nas instituições de ensino, em condições de igualdade com os demais alunos, ditos normais, porque reconhece e valoriza a diversidade nas escolas para socializar a aprendizagem e formar cidadãos sem diferenças.

A questão do termo Deficiência, é algo que as pessoas chamam, porém já tem estudos, que abordam que não é terminologia utilizada. Para Chartier (1988), há diferentes modos de apropriação de um termo ou conceito.

Para Barnes, Oliver e Barton (2002), pode-se pensar em diversas formas de nomear quem possui um impairment, ou seja, uma lesão, termo usado pelos precursores do modelo social de deficiência.

Segundo Shakespeare (2010) explica que, alguns termos podem reduzir as potencialidades da pessoa, reforçando a sensação de déficit e fracasso pessoal, tais como “inválido” e “deficiente. Também na legislação vigente, o termo deficiência possui significados, que abrangem os aspectos clínico e social. O decreto n.º 3.298 de 20 de dezembro de 1993, que regulamenta a Lei n.º 7.853/1989 e dispõe sobre a Segunda Política Nacional inclusiva, no artigo 3.º, define o conceito de deficiência como, “toda perda ou anormalidade de uma estrutura, ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade, no padrão considerado normal para o ser humano”.

A Educação Inclusiva tem leis e diretrizes que contribuem com os direitos dos alunos a uma educação de qualidade que esteja aliada às suas diversidades. Esses direitos, que na maioria das vezes, não são conhecidos pelos familiares ou não são buscados pela maioria das famílias, por diferentes fatores, como falta de acessibilidade, anseio discriminatório, entre outras particularidades encontradas nesse contexto.

As definições sobre as necessidades educacionais especiais não estão previstas na Constituição Federal de 1988, mas nos decretos nacionais, foi adotada em leis como a Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por influência da Declaração de Salamanca.

Conforme o art. 5.º da Resolução nº 02/2011 da Câmara de Educação Básica do

Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE7:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação inclusiva entende-se como o acesso e permanência de todos os alunos no ensino regular, em todos os níveis escolares, sem nenhuma forma discriminatória com a promoção da aprendizagem e inserção à comunidade. Conforme Mantoan (2006, p.15) expõe que se deve incluir de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. Essa segurança de direitos aos sujeitos tem amparo na declaração de Salamanca de 1994 que é um documento que designa que todas as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais (PNE) devem ter o acesso ao ensino regular e as metodologias educacionais direcionadas conforme suas especificidades.

De acordo com a Convenção traz o direito à educação assim previsto na:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência.

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

- c) Adaptações razoáveis conforme as necessidades individuais sejam providenciadas
- d) As pessoas com deficiências recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação,
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, segundo a meta de inclusão plena. (ARTIGO 24, 2,19)

Dessa forma, ainda com tanta propagação inclusiva nas mídias, depara-se ainda, com necessidade de órgão e dirigentes políticos estarem realizando investimento e aprimoramento na esfera educacional com o propósito de favorecer a acessibilidade desses sujeitos aos recursos essenciais para desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Em vista disso, na convenção de Guatemala em 1999 teve como objetivo a prevenção e eliminação de qualquer forma de discriminação a pessoa portadora de deficiência como resultado buscou a integração desses sujeitos a sociedade. Na Convenção da ONU em 2006 através do decreto N° 186 de 9 de julho de 2008 estabelece todos os direitos humanos e liberdade a todas as pessoas com deficiências. Na constituição de 1988 retrata que todos os atendimentos aos portadores de deficiência sejam preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 no art. 208 refere sobre obrigatoriedade de ofertar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências. Na LDB art.58 consta a disponibilização da oferta de ensino especial na rede regular em seu 1º parágrafo conforme a necessidade da instituição deve haver a disposição serviço de apoio especializado para atender as especificidades dos alunos com deficiência.

Conforme a declaração mundial sobre educação para todos (Conferência de Jomtien – 1990) com o intuito de universalizar o acesso á educação e promover a

equidade destaca o Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, abaixo descritos:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é “mister” oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.
3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.
4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer discriminação no acesso às oportunidades educacionais.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

No Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei 13.005/14 vigente desde 2014 que tem 20 metas a cumprir até 2024 no Brasil, pois é na área da educação inclusiva, onde busca a universalização do acesso à educação básica de ensino e do atendimento educacional Especializado (AEE) para o público-alvo de 4 a 17 anos que tenha alguma especificidade.

BARREIRAS E ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

No ambiente escolar constata a dificuldade de acessibilidade devido a essas barreiras é importante que haja a inclusão dos alunos com especificidades para que possa permitir a adaptação e autonomia.

Como descrito por Moraes (2007), destaca sobre a relação de acessibilidade no contexto escolar:

Para fins de reflexão a respeito do tema inclusão, é importante salientar sua extensão em relação à acessibilidade em escolas e edifícios públicos, ressaltando-se a importância de se estabelecer o acesso não somente no interior dessas edificações concretas, mas também a relevância de se adaptar as condições das vias, estacionamentos e passagens e eliminar o máximo de barreiras que impeçam e dificultam a circulação das pessoas. (MORAES, 2007, p. 17)

Diante desse contexto, todas as crianças e adolescentes têm direito à educação, incluindo também os jovens ou qualquer pessoa com alguma deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual. A Constituição Federal Brasileira prevê em seu artigo 208, dever do Estado prover o amparo educacional especializado as pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Vale destacar que a acessibilidade é, antes de tudo, o conjunto de condições e possibilidades para que todas as pessoas possam utilizar os espaços, sejam eles públicos ou privados, com autonomia e segurança. É fundamental que as escolas estejam atentas com seu espaço e que as suas práticas se adaptem em atender alunos com deficiências, como cadeirantes, deficientes visuais e auditivos.

É necessário refletir sobre como cada aluno com deficiência irá se orientar e compreender os ambientes escolares. Adaptar os meios pedagógicos também é crucial. O estudante com deficiência tem o direito de ir e

vir, de se comunicar livremente com todos os outros membros da comunidade escolar e de participar de todas as atividades no espaço escolar. É extremamente positivo para o processo de aprendizagem de todos os alunos as possibilidades de construir uma experiência escolar, conviver em ambientes seguros e saudáveis.

Também pode-se conceituar como barreiras qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimentar-se, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação (BRASIL, 2004).

Considera-se que a eliminação de barreiras físicas nas escolas, depende de diferentes ações – avaliação dos vários ambientes da escola, elaboração de projetos, execução de obras e sua fiscalização. Por conseguinte, para projetar novas escolas acessíveis e adequar aquelas já existentes, é fundamental compreender as necessidades oriundas das diferentes deficiências, para então eliminar as barreiras físicas que impedem a inclusão de todos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz a ideia de que a limitação de uma pessoa com deficiência é determinada pelo ambiente. Desse modo, define pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (ONU, 2006).

Cabe a sociedade e ao poder público pensar como fazer para minimizar o grau de dificuldade que as pessoas enfrentam para realização de uma atividade devido às características físicas dos ambientes.

MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AMBITO INTERNACIONAL E SEU PERCURSO NO BRASIL.

Ao se tratar da Educação Especial, realizai-se as análises dos seguintes textos legais: 1 — A Convenção

Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; 2 — Declaração Universal dos Direitos Humanos; 3 — A Unesco e a Educação na América Latina e Caribe; 4- Educação para Todos: o compromisso de Dakar; 5 — A Unesco no Brasil: consolidando compromissos; 6 — Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, - aceitou inferir a incluso no paradigma veiculado pelos documentos oficiais internacionais, nesse momento a deficiência é tratada internacionalmente na perspectiva da abordagem dos direitos humanos, ou seja, como uma patologia social produzida em consequência da organização social e da relação entre o indivíduo e a sociedade, cuja responsabilidade sobre essas pessoas seria por meio da reformulação de políticas públicas de Educação Especial, entendidas como ações assertivas em defesa da diferença e da diversidade humana, aprimorando a visão de superação dessas mesmas desigualdades e injustiças através de eliminação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes (SASSAKI, 2005).

Nesse paradigma, prioriza-se pela oferta de um atendimento educacional especializado de modo a complementar ao processo de escolarização desses alunos, sendo os serviços disponibilizados no espaço comum da escola regular.

Então na década de 1990, o movimento educacional internacional pela inclusão, que orientava que todas as pessoas deveriam estar inseridas nos mesmos espaços e tempos escolares, integrou a pauta obrigatória na escola no Brasil, enfatizando-se especialmente o tema sobre as mais eficientes formas de atendimento educacional especializado e sobre a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial no sistema regular de ensino.

Com efeito, passa-se a discutir a garantia do direito à Educação das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, segundo os marcos legais,

políticos e pedagógicos promulgados por organismos internacionais, como a ONU.

No decorrer desse processo de evolução histórica das políticas públicas no cenário brasileiro, a modalidade de ensino da Educação Especial passou, sob o vies ético-político da Educação Inclusiva, a garantir o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola regular a partir da tentativa de eliminação das barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Os documentos internacionais defendem que não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços. A escola, dentro desse contexto deve tornar-se um espaço acolhedor das diferenças.

Em 10 de dezembro de 1948 os direitos asseguraram a participação e todos efetivamente na sociedade quando da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que se fundamenta no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos, portanto, no valor da diversidade humana que se impõe como condição para o alcance de reconhecimento ao explicitar a pessoa como sujeito de direito, respeitado em suas peculiaridades e particularidades. Como garantia do direito à Educação, a citada declaração internacional normatiza que diz (ONU, 1948):

Art. 26. 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos

humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ONU, 1948, p. 5)

A declaração parece não gerar mudanças significativas na forma de oferta e compreensão acerca da educação inclusiva. Praticamente 30 anos depois dessa primeira publicação, em 9 de dezembro de 1975, a ONU (1975) abordou a temática da inclusão, ao lançar a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que: as pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e acelerem o processo de sua integração social.

Foi a partir de 1980, o Brasil impulsionado por debates internacionais, buscou afirmação do direito à Educação das pessoas público-alvo da Educação Especial por intermédio da realização de conferências sobre o tema da inclusão escolar constituídas por organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Em 1981, foram promulgados dois documentos relevantes para a Educação Especial: a Declaração de Cuenca sobre novas tendências na Educação Especial (Unesco/Orealc — Cuenca, Equador), que recomendava a eliminação de barreiras físicas e a participação de pessoas “deficientes” na tomada de decisões a seu respeito; e a Declaração de Sunderberg como resultado da Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos (Unesco — Torremolinos, Espanha), cujo tema principal era a equiparação de oportunidades das

pessoas “deficientes” à Educação, formação, cultura e informação (CARVALHO, 2002).

A década de 1980 marcou o Brasil, pois deu início ao debate mais acirrado para estimular o cumprimento dos direitos das pessoas “deficientes” à Educação, à saúde e ao trabalho.

Em 1981, comemorou-se em todo o mundo o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo lema foi participação plena e igualdade, em que a ONU oficializou o embrião do conceito de sociedade inclusiva.

Partindo da ideia de que as pessoas “deficientes” formam parte da sociedade e não são uma sociedade à parte, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, em consonância com a citada resolução da ONU, traçou as seguintes ações a curto, médio e longo prazo para a oferta do AEE em território nacional:

I – Curto Prazo:

Estabelecer modelos para serviços de atendimento educacional;

Organizar seminários e congressos ao nível nacional sobre Educação Especial;

Fomentar o desenvolvimento de recursos humanos em Educação Especial ao nível de 2º Grau;

Sensibilizar os Conselhos de Educação (Estaduais e Federal) para os problemas da Educação Especial;

Assessorar a Secom sobre a publicação de material informativo sobre multiplicidade de ações implícitas na Educação Especial;

Promover o levantamento de todo o material bibliográfico sobre Educação Especial;

Ampliar e reestruturar o atendimento pré-escolar do Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines – e do Instituto Benjamin Constant – IBC –, visando transformá-los em serviços-modelo;

Aperfeiçoar e ampliar programa de bolsa de trabalho para educandos deficientes;

Publicar documentos relativos à Educação Especial elaborados pelo Cenesp;

Aperfeiçoar e ampliar o projeto de Assistência Técnica às Secretarias Estaduais de Educação.

II – Médio Prazo:

Estimular a formação de técnicos especializados ao nível de 3º Grau;

Elaborar o II Plano Nacional de Educação Especial;
Normalização da Educação Física para deficientes;
Efetuar estudos sobre estatística da Educação Especial;
Implementar a modernização da Imprensa Braille.

III – Longo Prazo:

Estimular, nos Estados e Municípios, a criação de serviços de atendimento educacional que objetivem a integração e a normalização;
Criar centros de produção de material psicopedagógico;
Elaborar o I Plano Nacional Integrado de Assistência ao Excepcional;
Estimular a Educação Especial de deficientes adultos (ONU, 1981).

Um fato relevante no Ano Internacional das Pessoas Deficientes (ONU, 1981), foi a aprovação do Programa Mundial de Ação relativo às pessoas com Deficiências pela Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução n.º 37/52, de 3 de dezembro de 1982. Com isso o Ano Internacional e o Programa Mundial de Ação contribuíram para um forte desenvolvimento nesse domínio, por intermédio da criação da Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (1983 – 1992), que visava garantir às pessoas com deficiência o exercício dos seus direitos fundamentais e a sua participação plena na sociedade (ONU, 1993).

Ambos reforçavam o direito das pessoas “deficientes” às mesmas oportunidades de que gozavam os demais cidadãos, visando a todos melhores condições de vida resultantes do desenvolvimento econômico e social de suas comunidades (UNESCO, 1990).

Aspirando a enfrentar esse desafio mundial e a construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão escolar dessas pessoas, com base na responsabilidade comum e universal de todos os povos, a Unesco estabeleceu a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990. Esse evento implicou a solidariedade internacional dos organismos e

instituições intergovernamentais de modo a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de seus cidadãos, haja vista os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização.

A Declaração de Jomtien (1990) publicados pelo (UNICEF) enfatizavam a urgência de uma Educação de qualidade para todos, ao constituírem a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçando: a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à escola; a promoção da equidade no âmbito do ensino fundamental, médio e superior; a oferta da Educação Infantil nas redes públicas de ensino; a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e a construção da gestão democrática da escola.

Ressalta-se que diversas declarações da ONU culminaram em 1993, com as publicações das Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências através de resolução das Nações Unidas, adotada pela Assembleia Geral no dia 20 de dezembro de 1993. As normas exortavam os Estados, dentre eles o Brasil, a assumirem um compromisso ético e político, com vistas a operacionalizar, dentre outros direitos, o acesso ao sistema regular de ensino às pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, independentemente da natureza e gravidade da sua deficiência, tendo como estratégias complementares as escolas especiais (ONU, 1993).

No ano de 1994 entre os dias 07 e 10 de junho, o governo da Espanha em parceria com a UNESCO publica a Declaração de Salamanca que diz sobre os princípios, a política e as práticas na área das necessidades educativas especiais, como resultado da Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.

Essa Declaração teve como objetivo promover a Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais das políticas públicas educacionais necessárias para desenvolver tal abordagem,

basicamente qualificando as escolas para atender a todas as crianças sobretudo as que têm necessidades educativas especiais, de modo que os governos, com apoio das organizações internacionais, pudessem conceder maior prioridade ao desenvolvimento de seus respectivos Sistemas Nacionais de Educação, sob a perspectiva inclusiva, através de medidas políticas e orçamentárias compatíveis com esse imperativo ético.

Ao passar dos anos e das lutas da Educação Especial surgiram outros movimentos sociais em torno da proposta da inclusão escolar, como: a Declaração de Cartagena de Índias, as Políticas Integrais para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana na Colômbia em 1992; a Conferência Hemisférica de Pessoas com Deficiências em Washington/EUA em 1993; a 5.ª Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, que resultou na Declaração de Santiago, realizada no Chile em 1993; a 1.ª Reunião dos Participantes da Conferência de Ministros responsáveis pela situação da pessoa com deficiência, ocorrida em Montreal/Canadá em 1994; e a publicação das normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, aprovadas pela Assembleia Geral nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993, da ONU.

CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO - CAIE 2020

As mídias têm proporcionado eventos educacionais voltado para aperfeiçoamento dos profissionais da Educação e na perspectiva da Educação Inclusiva é um tema atualmente discutido sobre como desenvolver a prática docente como lecionar diante dessas diversidades.

Nessa esfera de formação tem o evento CAIE ser um evento nacional na área da Educação, cujo intuito é propagar a Acessibilidade e Inclusão de todos os sujeitos independentemente d/e suas diversidades. Nesse congresso dispõem de processos educativos formais e/

não formais sendo espaço de trocas de conhecimentos e de disseminação de conhecimento e de novas práticas de ensino na Educação.

Além disso, a ideia central desse evento é de buscar uma interação entre Professores, e de futuros professores, pesquisadores, estudantes entre outros formadores. Esse evento em sua primeira edição recebeu participantes de todo o Brasil, e se encontra aberto a contribuições organismo internacional. É aberto ao público de maneira gratuita é produzido com a estrutura do IFSP e com doação de apoiadores externos. Sendo preparado pelo apoio e o trabalho de voluntários internos e externos de profissionais experientes na atuação nessa perspectiva inclusiva em sua programação a disponibilidade de oficinas, minicursos, palestras, conferências, mesas redondas, comunicações coordenadas, exposições de “póster”, mostra de protótipos, atividades culturais, feiras e livros.

Na primeira edição do evento aconteceu em 09/11/ 2016 á 11/11/2016 com a temática “Somos iguais na diferença” pode constatar nesse congresso nas seguintes programações ocorrerão momentos de debates, pesquisas e práticas em acessibilidade e inclusão na educação obteve a participação de 800 pessoas. Na segunda edição do evento aconteceu 25/09/2018 á 27/09/2018 sendo que desta vez o tema foi “Educação para todos – que todos são estes?” seguiu a mesma proposta de programação sendo a mesma variedade de atividades participando 1000 participante. A terceira edição estava proposta para acontecerá nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2020 presencial, em Cubatão — SP, porém, devido a Covid-2019, esse congresso aconteceu virtualmente tendo como tema a Qualidade na educação superando barreiras, e ganhou ainda mais relevância com a pandemia porem devido à pandemia esse congresso aconteceu “online”.

No próximo capítulo apresenta pesquisas de mestrado e doutorado relacionado à temática debatida por autores que discute sobre o tema.

PANORAMA DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No estudo de dissertação da pesquisadora Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro (2017) teve como tema “O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso” como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro tendo como área de concentração: educação Inclusiva.

Esse estudo foi voltado para as práticas pedagógicas com alunos com deficiência intelectual no contexto de inclusão escolar, e tendo como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de um modelo de Plano Educacional Individualizado (PEI) para ser aplicado na sala de recursos e como objetivos específicos elaboração de protocolo de um modelo de PEI para aplicação na sala de recursos; avaliação o efeito do PEI no processo ensino aprendizagem de uma aluna com deficiência intelectual; e análise do processo de formação continuada de uma professora de Educação Especial para aplicação do PEI na sala de recursos. Com esse protocolo elaborado demonstrou-se a importância da avaliação como sendo uma das ferramentas de acompanhamento do desenvolvimento dos alunos.

O estudo mostrou que a formação de professores para atuar no ensino inclusivo exige qualificações e desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que ressignifique o cotidiano aluno. Como resultado deste estudo, a pesquisadora concluiu que conforme o estudo realizado, que a formação continuada contemporânea do professor para o ensino de qualidade na perspectiva da inclusão escolar necessita de uma parceria com a universidade, podendo se dar pelas atividades de extensão, através de cursos relacionados ao contexto inclusivo.

Na dissertação de mestrado do pesquisador Rogério Augusto dos Santos ao curso de Mestrado

Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2015, com o tema “Inclusão Escolar: a implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública”. O estudo foi norteado pela pesquisadora através de estudo de caso, consistiu-se em uma pesquisa qualitativa, com pesquisa documental, entrevistas e questionários embasados nos marcos legais internacionais, nacionais e nos pressupostos de autores dos quais se destacam no contexto inclusivo como: Ainscow (2009), Mantoan (1997), Mazzotta (2005), Glat (2007), Sasaki (2006), Stainback e Stainback (1997) e Werneck (2006). Os resultados obtidos nessa pesquisa conforme as ações estabelecidas promoveram reflexões a cerca da implementação realizada na Escola Estadual “Cecília Meireles em que almeja que a educação na perspectiva da inclusão seja aos pouco praticados na Rede Estadual de Minas Gerais.

Na dissertação do curso de Mestrado Educação da Universidade Federal do Maranhão, realizada pela pesquisadora Nilma Maria Cardoso Ferreira, com o tema: educação Inclusiva no Ensino Superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão realizada em 2012. Essa pesquisa teve como objetivo analisar como as políticas públicas Educacionais inclusivas para inclusão desses público-alvo. A pesquisa foi de caráter bibliográfica e documental sendo de cunho quanti-qualitativa, numa abordagem crítica e dialética, utilizou-se de procedimentos para coletas de dados com abordagem descritiva e analítica. Essa pesquisa teve dificuldade diante do acesso às documentações, ou seja, sistematização das informações obtidas devido à carência de documentos, mesmo assim, tiveram resultados satisfatório, visto que conseguiram identificar a existência de políticas públicas, ações e projetos que foram adotadas nessa instituição que gradualmente veem tendo destaque e avanços diante da inclusão dessas políticas educacionais inclusivas.

A dissertação de Silvana Maria dos Anjos Pires Brito, realizada em 2013 apresentada no programa de pós-graduação em Educação mestrado da Universidade Federal do Maranhão com o tema: A inclusão de alunos com deficiência na escola pública de ensino médio: em foco Projeto Político Pedagógico do centro de Ensino Médio Liceu Maranhense. Essa pesquisa teve como objetivo investigar as preocupações dos docentes com a implementação de práticas inclusivas. A fundamentação teórica que sustentou as análises dessa pesquisa foi pautada nos autores. Baptista (2006); Bueno (2008); Ferreira e Ferreira (2004); Fontes (2009), Glat e Blanco (2009); Mendes e Almeida (2010); Prieto (2010) entre outros. Essa pesquisa utilizou-se de questionário fechados com os professores e das entrevistas semiestruturadas com diretor e coordenadora. Contudo, essa pesquisa teve o seguinte resultado alcançado, revelaram que o projeto político pedagógico tem característica uma descrição regulamentadora e que nesse documento retrata a importância do cumprimento das leis sobre a inclusão.

Na tese de doutorado apresentada em 2007 na faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e à Universidade Lumière Lyon 2, por Suely Moreira Marques com o título: pensar e agir na inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais Freirianos: Ruptura se mutações culturais na escola brasileira. O seguinte trabalho teve como objetivo: como os ensinamentos de Paulo Freire contribuiu com o processo de ensino e inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, essa pesquisa utilizou-se de entrevista compreensiva e semidireta. Para tratamento da coleta de dados utilizou-se a análise conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados obtidos mostraram que a participação como autonomia são observados assim como a colaboração dos professores, onde se conclui que as escolas que segue as premissas de Paulo Freire podem ser consideradas inclusivas.

No próximo capítulo retratara sobre os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa de campo para a coleta dos dados empíricos.

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS, PRÁTICAS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

A presente investigação analisou os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no contexto da formação continuada de docentes, tendo como base uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvida em ambiente escolar público. Fundamentou-se em aportes teóricos de autores como Alonso (2013), Rau (2007), Antunes (2013), Mantoan (2003; 2006), Marchesi (2004) e Libâneo (2004), os quais contribuíram para a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas e da necessidade de qualificação docente diante das demandas contemporâneas da educação.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, conforme conceituam Lüdke e André (1986), ao estabelecer contato direto entre pesquisador e campo investigado, possibilitando a compreensão aprofundada das práticas e percepções dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, não buscou generalizações, mas sim a interpretação dos fenômenos educacionais no contexto real, considerando as subjetividades presentes no ambiente escolar.

O estudo teve como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos professores no que se refere à formação continuada voltada à educação inclusiva. Como objetivos específicos, buscou-se compreender os conceitos de inclusão, investigar a formação docente nesse contexto, analisar as legislações pertinentes, verificar a presença da formação continuada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e identificar estratégias que favoreçam a inclusão efetiva dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública, envolvendo como sujeitos três professoras, uma diretora

e uma coordenadora pedagógica, todas com formação superior na área da educação e experiências no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. A escolha desses sujeitos deu-se em razão de sua vivência prática no contexto inclusivo, o que possibilitou uma análise mais consistente da realidade escolar.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, permitindo a livre expressão dos participantes, ao mesmo tempo em que garantiu o foco nas questões centrais da pesquisa. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), que possibilita interpretar as mensagens para além de sua dimensão aparente, buscando significados mais profundos nas falas dos sujeitos.

Os resultados evidenciaram que a formação continuada ainda se apresenta como um dos principais desafios no processo de implementação da educação inclusiva. As professoras destacaram a falta de recursos pedagógicos, infraestrutura inadequada e escassez de cursos específicos como fatores que dificultam a prática inclusiva. Tais dificuldades corroboram as reflexões de Marchesi (2004), ao afirmar que condições de trabalho, valorização profissional e formação permanente influenciam diretamente na atuação docente.

Apesar dos desafios, observou-se que os docentes têm buscado alternativas metodológicas para promover a inclusão, como o uso de tecnologias, atividades diferenciadas e estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos. Nesse contexto, Mantoan (2004) destaca a importância de práticas pedagógicas flexíveis, que considerem as diferentes formas de aprendizagem e rompam com modelos homogêneos de ensino.

Outro aspecto relevante refere-se à importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento orientador das práticas escolares. Conforme Veiga (2000), o PPP deve ser compreendido como um processo coletivo, que articula dimensões políticas e pedagógicas,

promovendo a participação da comunidade escolar e fortalecendo a gestão democrática. No entanto, a pesquisa revelou que, em muitos casos, esse documento ainda não é plenamente utilizado como ferramenta de transformação das práticas educativas.

A participação da família também foi apontada como elemento fundamental no processo inclusivo, embora ainda haja fragilidades nessa relação. Conforme Mantoan (2004), a parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral do aluno, contribuindo para a construção de um ambiente educativo mais acolhedor e inclusivo.

No âmbito da gestão escolar, verificou-se que há esforços para promover a inclusão, como a disponibilização de recursos pedagógicos e o incentivo à formação docente. Contudo, a burocracia e a limitação de tempo foram apontadas como fatores que dificultam a atuação mais efetiva da coordenação pedagógica nesse processo.

A análise também evidenciou que a formação inicial dos professores ainda não contempla de forma satisfatória as demandas da educação inclusiva, reforçando a necessidade de reformulação curricular nos cursos de formação docente, conforme defendido por Mantoan (2003).

Diante dos resultados, conclui-se que a educação inclusiva é um processo em construção, que exige compromisso coletivo, investimento em formação continuada e reorganização das práticas pedagógicas. A escola precisa assumir seu papel como espaço democrático e inclusivo, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso de todos os alunos.

Assim, a efetivação da inclusão depende de ações articuladas entre professores, gestores, famílias e políticas públicas, visando superar barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. A formação continuada, nesse contexto, configura-se como elemento central para a transformação das práticas educativas, possibilitando a construção de uma escola que valorize as diferenças e

promova a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto inclusivo de fato é os docentes tem enfrentados desafios e possibilidades em sua prática pedagógica diante de preparação de materiais pedagógicos contribua com necessidade do aluno e sua aprendizagem.

Ao analisar aos dados da entrevista pode constatar através de relatos dos sujeitos pesquisados que as contribuições de sua prática docente no contexto inclusivo é de fato uma prerrogativa, pois é fundamental no processo de ensino aprendizagem do aluno, principalmente o aluno especial. Diante disso, nas reflexões e anseios mencionados nas entrevistas notou-se que alguns profissionais estão sentindo inseguros em lecionar diante essa especificidade, mas mesmo assim os entrevistados buscam estratégias e metodologias para poder contribuir significativamente para aprendizagem desses alunos. Nessa pesquisa segundo a hipótese levantadas que foram: os desafios estão sendo superados através da formação que, no entanto, ainda são insuficientes, os professores estão procurando se capacitar para melhor atender aos alunos especiais, A falta de recursos pedagógicos específicos conforme as diferentes diversidades são um fator que prejudica o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa em relação às hipóteses elencadas com essa pesquisa pode comprovar todas.

Enquanto aos objetivos elencados foram alcançados sendo: analisar os conceitos de educação inclusiva bem como ocorre a formação continuada dos profissionais da educação em específico os docentes, investigar a formação docente diante atuação no contexto de escolar inclusivo evidenciando os desafios e possibilidades para lidar com essa especificidade, analisar as legislações que ampara os direitos de Educação Inclusiva no âmbito escolar, alcançar através

desta pesquisa meios possíveis para a inclusão da criança ou adolescente deficiente no âmbito escolar e não somente incluir, mas também utilizar meios para haver essa inclusão.

Conforme os resultados encontrados percebe-se que os professores tem buscado qualificação mesmo com próprio custeamento apesar de não ser fácil estar capacitando apenas com seu recurso pessoal. Consequentemente alguns fatores dificultam a inclusão como a falta de infraestrutura e de materiais pedagógicos, formações continuada nessa perspectiva inclusiva direcionada a especificidade do aluno e a falta de interação da família com a escola no intuito de que possa colaborar com o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Mesmo com todas as dificuldades e anseios a escola tem tido comprometimento para que se tenha a permanência dos alunos com especificidades e qualidade no ensino ofertado. Este estudo é relevante, pois constitui referencial teórico mediante uma avaliação de definições atribuídas a importantes autores da bibliografia nacionais e internacionais. Desta forma, acreditamos que a comunidade científica pode possuir a propriedade do processo aqui desenvolvido, e perceber a importância de enfatizar os desafios e possibilidades da educação inclusiva bem como a importância de qualificação nessa temática.

Assim, percebe-se que a formação continuada e o desenvolvimento de práticas que possa incluir ao aluno de acordo com suas especificidades são estratégias que possa promover a inclusão desses sujeitos em sociedade, o papel do professor é essencial no desenvolvimento do processo de ensino. Vale salientar a importância das reflexões acerca desse contexto, essa pesquisa apresenta propostas para futuras pesquisa relacionada a temática sobre inclusão trazendo esses questionamentos:

— Quais incentivos e ações que as políticas públicas têm realizado acerca da inclusão no âmbito escolar?

— Quais as estratégias pedagógicas possíveis para incluir alunos com especificidades sem haver uma exclusão e possibilite aprendizagem?

REFERÊNCIAS

A INCLUSÃO que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NRB 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Nova Escola, 2013, Disponível: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio> Acesso em: dez. 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Qualitativa e Quantitativa**. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2004.

ANTUNES, A. P.; FARIA, C. P.; RODRIGUES, S. E.; ALMEIDA, L. s. **Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa**. *Rev Psicologia em Pesquisa*, Portugal, v.7, n.2, p.140-150, 2013.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. **Disability Studies Today**. Cambridge: Polity Press, 2002, p. 280.

BEYER, Hugo Otto. **Educação Inclusiva ou Integração? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas pragmáticas**. Ensaios Pedagógicos: Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 277-80.

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educacionais especiais**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

BORGES, A. A. Pereira; TORRES, J. Pereira. **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil: Análise da influência internacional no contexto Local**. Disponível

em: https://www.researchgate.net/profile/Adriana-Borges/publication/341525591_Educacao_Especial_na_Perspectiva_Inclusiva_no_Brasil_analise_da_influencia_internacional_no_contexto_local/links/5ec5c35ea6fdcc90d68920ad/Educacao-Especial-na-Perspectiva-Inclusiva-no-Brasil-analise-da-influencia-internacional-no-contexto-local.pdf. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL, **LDBEN e Resolução nº 261/02 CEE/MT**. Disponível em: <http://www3.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo> acesso em: set.2020.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: setembro de 2020

BRASIL, **Lei nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: setembro de 2020

BRASIL, **MARCOS LEGAIS**. Disponível em <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/marcos-legais/#convencao>. Acesso em: Jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Série: Educação inclusiva. v. 3: a escola. Brasília:2004

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001^a

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Brasília, DF: 2003.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2^a ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

CARVALHO, C. A. AQUINO. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**' 29/05/2017 152 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius

CARVALHO, Rosita Edler. (2002). **A nova LDB e a Educação Especial** (3ª ed.). Rio de Janeiro: WVA.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COSTA, A.C.; MADEIRA, A.I. **A construção do projeto educativo de escola: estudos de caso no ensino básico**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

CROCHICK, L. et al. **Preconceito e educação inclusiva. Brasília, DF: SDH/Presidência da República**, 2011.

DECRETO-LEI nº. 5.296, de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

DIFICULDADES enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf Acesso em: junho de 2021.

DIREITO À EDUCAÇÃO: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais / Organização: Ricardo Lovatto Blattes. – 2. ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: (re) pensando a formação de professores. Disponível em: <https://docplayer.com.br/150550948-Educacao-inclusiva-re-pensando-a-formacao-de-professores.html> Acesso em: junho de 2021.

FARIA, V. L. B. de; DIAS, F. R. T. de S. **Currículo na educação infantil: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

FÁVERO, Eugênio Augusto Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversidade**. Editora WVA, Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Felipe. **Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** Disponível em:

<http://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/> Acesso em: dez. 2020.

GADOTTI, M.; BARCELLOS, E. S. **Construído a escola cidadã no Paraná**. In: Cadernos Educação Básica, Brasília, MEC, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GALVÃO, N. C. S. S.; MIRANDA, T. G.; BORDAS, M. A.; DIAZ, F (Org.). **Educação Inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 354 p., 2009.

GAROFALO, D. **Os desafios da educação inclusiva**. 2018. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em Julho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/historico> Acesso em: julho de 2021

INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer? Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: abril de 2021.

JÚNIOR et al. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos**. Disponível em: https://met2entrevista.webnode.pt/_files/20000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf acesso em: julho de 2021

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Esther. **FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_esther_lopes.pdf. Acesso em: Jul. 2021.

LUCKESI, C. C. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 5 ed. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Batista, Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. GOMES, Adriana L. Limaverde. **Atendimento Educacional Especializado.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCHESI, Álvaro. **Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas.** In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 491 p. 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

MORAES, M. G. Acessibilidade e inclusão social em escolas. 2007. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007. MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva.** 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32.** 1999.

NÓVOA, Antônio. **Escola nova.** A revista do Professor. Ed. Abril. Ano. 2002, p,23. O QUE É **EDUCAÇÃO INCLUSIVA?** Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao/inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/?gclid=Cj0KCQjw7pKFBhDUARIsAFUoMDbD90>

vsGIAKNm9YOoYMJCiZZLtzEW64lpWGp15VqC6RbT8pNDjpb24aAuRNEALw_wcB. Acesso em: maio de 2021.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **Escola Inclusiva e as Necessidades Educacionais Especiais.** In: MANZINI, E. (Org.) Educação Especial: temas atuais. Marília, 2000, p. 14-29.

OLIVEIRA, J. Brum; ZIESMANN. C. Inês; GUILHERME, A. Anselmo. **Educação inclusiva: (re) pensando a formação de professores.** Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-4/completo-5.pdf>. acesso em: abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (1981). **Ano Internacional das Pessoas Deficientes.** Resolução nº 31/123 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 16/12/76. Recuperado de http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/m_e002911.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (1993). **Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência.** Recuperado de <http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes>.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciema de Fátima da (org.). **Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas.** Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 13-30.

PORTAL MATO GROSSO. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/historia-de-araputanga/> Acesso em: Julho de 2021

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS OU EXCLUDENTES? Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/praticas_pedagogicas_inclusivas_ou_excludentes.pdf Acesso em: junho de 2021.

PRIETO, R. Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos.** Summus Editorial, São Paulo, 2006.

PROJETO ESCOLA VIVA - **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 196p.: il.

RAU, M.C.T.D. **A ludicidade na educação**: uma atitude pedagógica. 20 ed. Curitiba. Ibpex, 2007. 164 p.

REGO, T. C. **Memórias de escola**: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p

SÁ, Elisabete Dias. **Inclusão Escolar**: Desafios. Sociedade Inclusiva PUC de Minas Gerais, 2010. Palestra apresentada na 6ª Jornada Especial "A educação do Terceiro Milênio. Minas Gerais, 2003.

SANTOS, A. F.; BARAÚNA, S. M. In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

SANTOS, Guilherme Alexandre. **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20\(1\)%20\(2\).pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20(1)%20(2).pdf)

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, 19-23, 2005.

SHAKESPEARE, T. Shakespeare, Tom. **"The Social Model of Disability."** The Disability Studies Reader. In: The Disability Studies Reader. [s.l.: s.n.] p. 266–73.

SILVA, D. Costa; MIGUEL, J. Rodrigues: **Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar** Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2639/4099> Acesso em: junho de 2021.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p, **A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro**. In: RODRIGUES, D. (org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros"**. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003

TARDIF, M; LESSARD, C. (org.). **O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. 49p.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola uma construção possível**. Campinas-SP: Papirus Editora, 2000.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

VEIGA, Lígia Correa Lustosa da. **O Papel do Gestor Escolar no Processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9198/1/2014_LigiaCorreaLustosadaVeiga.pdf acesso em: setembro de 2020.